

ESTUDO DA EVASÃO DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS SOB A ÓTICA DOS CUSTOS OCULTOS

Guilherme Palazzi Ferraz

Milton Gomes Pacheco (Orientador)

RESUMO

Após a globalização as organizações passaram a utilizar relatórios contábeis para auxílio no processo de tomada de decisões. No entanto, tais relatórios não envolvem os custos ocultos, ocasionados pelas disfunções organizacionais. No Brasil observa-se aumento do número de evasão universitária em Instituições de Ensino Superior, causando problemas de viabilidade financeira. Os motivos para a evasão não são mapeados pelas IES, ocasionando custos ocultos. Este trabalho é quantitativo descritivo e buscou investigar por meio de questionário aplicado a 167 alunos se o motivo financeiro é o principal fator de evasão para três perfis: estudantes matriculados, graduados e desistentes. A pesquisa identificou que os perfis de estudantes matriculados no curso e aos já graduados são sensíveis ao motivo financeiro para a evasão. Para os alunos que evadiram, o principal motivo da desistência é por não gostar do curso. O fator financeiro não é o principal motivo para a evasão de alunos em IES, no entanto, a amostra indica que o fator financeiro é sensível para a permanência no curso. Este trabalho não encontrou evidências que as IES estejam avaliando o efeito dos custos ocultos na evasão universitária.

Palavras chave: custos ocultos; contabilidade de custos; evasão universitária; desistência; instituições de ensino superior.

1. INTRODUÇÃO

O aumento da competitividade empresarial decorrente da globalização dos mercados fez com que as organizações repensassem o seu modelo de gestão em busca da alta eficiência em seus processos, tornando a contabilidade um sistema integrante para responder a esse novo cenário de mudança (KRAEMER, 2015).

Por sua vez, a contabilidade de custos deixou de ser vista apenas como números isolados e passou a fornecer um conjunto de informações fundamentais para o processo gerencial de tomada de decisão (HORNGREN; DATAR; FOSTER, 2004).

Por sua difícil identificação, as informações derivadas da contabilidade de custos não consideram os custos não mensuráveis, vistos como importantes para o ganho de eficiência, minimização das disfunções organizacionais e importantes para atingir a vantagem competitiva (SAVALL; ZARDET, 2008). Os elementos não mensuráveis são denominados custos ocultos – do inglês *hidden costs* -, cuja característica essencial está na dificuldade de sua detecção por parte da empresa (SAVALL; ZARDET, 2008).

Nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas a falta de viabilidade financeira na maioria das vezes está relacionada com a evasão dos alunos durante o curso (TIGRINHO, 2007). Segundo o autor, a evasão dos alunos caracteriza-se pela cessação dos estudos, causando

prejuízos sob caráter humano, social e econômico, tanto para as instituições, quanto para o aluno.

Os motivos para a desistência do ensino podem estar atrelados a fatores de reprovação, ao não conhecimento sobre a área e a formação anterior, antes do ingresso na IES, pelo interesse em outro curso, nos problemas na conciliação entre a vida acadêmica e o trabalho, desmotivação do aluno ou pela falta de reconhecimento da profissão escolhida (TIGRINHO, 2007). No entanto, autores como Jacob (2000), Armbrust (1995) e Aguiar (2001) afirmam que o principal motivo na evasão dos alunos está no fator financeiro, seja por aumento da mensalidade por parte da instituição ou por motivos econômicos do aluno.

Portanto, esta pesquisa teve como objeto de estudo a relação da evasão do ensino superior com a dificuldade financeira dos alunos, que é considerado um custo oculto para as Instituições de Ensino Superior.

1.1 Justificativas

A justificativa ou também chamada de relevância da pesquisa, tem por finalidade “descrever a importância do estudo, qual sua relevância para a ciência ou para a profissão” (KNECHTEL, 2014, p. 144).

Os aumentos da competitividade causados pela globalização fizeram com que as organizações necessitassem de uma gestão eficiente de seus custos (FREITAS, *et. al.*, 2007). Principalmente aqueles custos que são caracterizados por serem de difícil mensuração por parte da empresa, chamado de custos ocultos (SAVALL; ZARDET, 2008). A vaga ocupada por um aluno que desistiu de um curso é vista pela instituição como um investimento perdido, uma vez que essa vaga não poderá ser preenchida novamente com a inserção de um novo aluno no curso (CUNHA; NASCIMENTO; DURSO, 2014), também conhecido como lucro cessante. Caracteriza-se, assim, tal fenômeno como um custo oculto não identificado pelas organizações para seu eficiente controle e minimização.

A motivação para este estudo consistiu no impacto que a evasão universitária ocasiona para as instituições de ensino. De acordo com Nassar *et. al.* (2004), a evasão nos cursos de graduação no Brasil, representa cerca de 40%. Se tratando de instituições de ensino, muitas das vezes estas não estão cientes se fatores financeiros são os principais fatores de desistência dos alunos de graduação ou se existem outras variáveis ainda não identificadas (consideradas como custos ocultos, segunda a teoria) que ocasionam tal fenômeno. Outro fator que contribuiu para a elaboração deste trabalho é a escassez de trabalhos publicados avaliando o impacto dos custos ocultos.

1.2 Problema de pesquisa

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p.75) o problema de pesquisa consiste em “uma dificuldade teórica ou prática, para qual se deve encontrar uma solução”. Portanto, este trabalho se propõe a responder a seguinte pergunta: o fator financeiro representado pelos custos ocultos é significativo na evasão dos alunos universitários?

1.3 Objetivos: geral e específicos

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p.75) os objetivos “que se têm em vista definem, muitas vezes, a natureza do trabalho, o tipo de problema a ser selecionado, o material a coletar [...]”. Os mesmos autores mencionam que os objetivos podem ser definidos como objetivos gerais (refere-se à intensão do pesquisador em realizar o estudo) e os objetivos específicos (tem como

característica aprofundar e demonstrar com maior exatidão, o que se pretende no objetivo geral).

Caracterizou-se por objetivo geral deste trabalho a identificação do motivo financeiro como o principal fator que leva os alunos universitários à desistência do curso e os impactos dessa não avaliação por parte das Instituições de Ensino Superior privadas. Considerou-se então, esse motivo como custos ocultos não mensurados por essas organizações.

Para atingir esses resultados, a pesquisa procurou atingir os seguintes objetivos específicos: (1) identificar o motivo da evasão para os seguintes perfis de estudantes: cursando ensino superior; já graduados; e desistentes; (2) investigar por meio de questionário outros fatores que levam ao fenômeno de desistência dos alunos do curso para os que estão cursando ensino superior, já graduados e desistentes; (3) comparar os resultados do questionário entre os perfis de indivíduos que responderam ao questionário.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico caracteriza-se pela “identificação e a localização de toda a bibliografia necessária para o trabalho [...] e a seleção do material com vistas ao tema e ao aspecto que se quer focalizar” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.81).

Nesta etapa serão tratados os aspectos teóricos referentes aos custos, sobre as instituições de ensino superior, bem como o tema de evasão universitária.

2.1 Custos

Nesta seção será tratado um breve contexto histórico no surgimento da contabilidade de custos, as terminologias adotadas, a classificação dos custos, bem como o referencial teórico sobre custos ocultos.

2.1.1. Introdução a contabilidade de custos

Os primeiros indícios de utilização dos princípios contábeis estão atrelados com as organizações advindas da Revolução Industrial do século XVIII; essas organizações aplicavam a Contabilidade Financeira (ou Geral) para apuração dos estoques iniciais, compras realizadas e estoques finais, objetivando a apuração dos custos dos produtos vendidos, dado que naquela época as principais organizações se tratavam de comércio e não de indústrias de transformação (MARTINS, 2010; PADOVEZE, 2003).

A contabilidade surge como uma maneira da organização de tratar “(...) especificamente do registro e controle de suas operações típicas (...)” (RIBEIRO, 2009, p. 13), permitindo o processamento de informações ocorridas que são úteis para os administradores (HORNGREN; DATAR; FOSTER, 2004)

De acordo com Horngren, Datar e Foster (2004, p. 1) a “(...) moderna contabilidade de custos fornece aos administradores as informações que necessitam ao tomar decisões (...)”, sendo, assim, de grande valia para as organizações industriais. Drucker (2001) entende que as informações são necessárias para a gestão da organização. Dessa maneira, de acordo com o mesmo autor, os custos podem ser gerados para que se apresentem informações sistêmicas que antes não eram discutidas pela contabilidade tradicional.

A gestão de custos se tornou uma importante área para as organizações devido a uma crescente competitividade nos últimos anos ocasionada pela globalização. Dessa forma, as organizações precisam gerir os custos de maneira eficaz e eficiente, o que os torna uma importante informação para a tomada de decisão nas organizações (CHING; MARQUES; PRADO, 2006).

2.1.2. Classificação dos custos

Os custos podem ser classificados de acordo com sua natureza e ao seu comportamento. A classificação ocorre para que todos os gastos realizados na empresa forneçam informações precisas para a gestão dos custos (PADOVESE, 2003).

Hornngren, Datar e Foster (2004) complementam que existem muitas razões para se apropriarem os custos; para um departamento da empresa se faz necessário para determinação de eficiência, em relação aos produtos fornece informações para a precificação e rentabilidade e quando aplicados a clientes é possível saber ganho por clientes.

A apropriação dos custos utiliza critérios que são chamados, dentro da contabilidade, de custos diretos e custos indiretos (MEGLIORINI, 2007).

Os custos diretos são “(...) os gastos industriais que podem ser alocados direta e objetivamente aos produtos (...)” (PADOVESE, 2003, p. 41). Dessa forma, de acordo com Bruni e Famá (2009) são facilmente mensuráveis de forma clara, como, por exemplo, os gastos com os operários pelas horas de trabalho ou a matéria prima pela quantidade realmente consumida na produção.

Os gastos que necessitem de algum critério de rateio ou um critério para se apropriar os custos aos produtos são denominados de custos indiretos (MEGLIORINI, 2007). Martins (2010, p. 49) relata que muitas das vezes a alocação dos custos indiretos acontecem de “(...) maneira estimada e às vezes arbitrária (...)”, a exemplo, dos custos de aluguel da fábrica e mão de obra da chefia de produção.

Quanto ao comportamento dos custos são divididos em custos fixos e custos variáveis. Para essa classificação são levados em consideração “(...) a relação entre o valor total de um custo e o volume de atividade numa unidade de tempo (...)” (MARTINS, 2010, p. 49).

Os custos fixos são caracterizados por ocorrer independente do volume da produção da empresa, ou seja, os custos não variam em função da quantidade produzida (MEGLIORINI, 2007; BRUNI; FAMÁ, 2009). O custo com aluguel da fábrica pode ser considerado um custo fixo (MARTINS, 2010).

Diferentemente dos custos fixos, os chamados custos variáveis ocorrem de maneira direta às variações da atividade empresarial (PADOVESE, 2003). Dessa forma, quanto maior a produção de um determinado bem, maior será o consumo, como, a quantidade matéria prima que varia de acordo com a quantidade produzida (MARTINS, 2010).

De acordo com Freitas, *et. al.* (2007), os custos podem ser divididos em custos tangíveis e custos intangíveis, sendo os tangíveis os que permitem fácil cálculo por ser mensurável e os intangíveis aqueles que não são possíveis de quantificar, sendo às vezes necessário recorrer a estimativas, como é o caso da valorização de marcas e a reputação da empresa no mercado.

Beuren e Igarashi (2002) lembram que pela dificuldade de mensuração dos ativos intangíveis, as organizações, geralmente não separam o efeito desses custos nos resultados, mesmo considerando a importância de avaliar seus impactos.

2.1.3. Custos ocultos

Segundo Bacic (2009), a contabilidade tradicional de custos tinha como ótica os aspectos internos tangíveis para a organização, o que dificultava uma visão da gestão de custos para a competitividade organizacional.

Assim aspectos intangíveis que antes não eram considerados pela contabilidade de custos, se apresentam como uma perspectiva de aprimoramento da eficiência operacional e da redução de disfunções nas organizações (SAVALL; ZARDET, 2008).

Os custos ocultos, ou seja, os custos que têm como característica principal a dificuldade de mensuração, devem ser considerados como essenciais para a competitividade organizacional (SAVALL; ZARDET, 2008).

Savall e Zardet (2008) e Silva e Saveriano Filho (2011) afirmam que o custo oculto é parte intrínseca da produção e/ou de uma empresa prestadora de serviços.

Os estudos sobre custos ocultos surgiram em meados dos anos 70, sob direção do Instituto Socio-Econômico de Firms e Organizações – ISEOR apontou a percepção sobre as disfunções (absenteísmo, acidente de trabalho, dentre outras) nas organizações, pois perceberam que mesmas estruturas organizacionais ocasionavam resultados diferentes de desempenho (PEDROSA NETO, 2009).

A relevância para o estudo desse tipo de custo está em sua influência na lucratividade empresarial e, com sua identificação, no aumento da competitividade da empresa frente aos concorrentes (MILLER; VOLLMANN, 1985; FREITAS, *et. al.*, 2007).

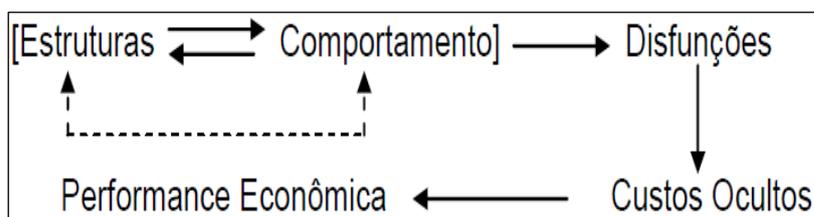
Freitas, *et. al.* (2007) ressaltam ainda que

[...] quando identificados, estimam valores, os quais agregam novas informações ao conjunto de dados que se tornam elementos adicionais do ponto de vista gerencial, pois fornecem informações que influenciam diretamente as perspectivas: administrativa, de planejamento, controle e de investimentos.

Para Savall e Zardet (2008) a origem dos custos ocultos está no relacionamento entre a estrutura da empresa e os comportamentos humanos, ocasionando as disfunções, sendo essas disfunções os geradores de custos ocultos.

Savall e Zardet (2008, p. 28) mencionam que “tais disfunções impedem a empresa de atingir plenamente os seus objetivos e explorar eficientemente seus recursos materiais e humanos. O resultado é desperdício de recursos”. A Figura 1 ilustra a teoria proposta por Savall e Zardet (2008, p. 8):

Figura 1 - Modelo da teoria dos custos ocultos



Fonte: adaptado de Savall e Zardet (2008)

Para Savall e Zardet (2008, p. 10-13) a estrutura da empresa pode ter cinco diferentes categorias, que são:

- Estruturas físicas (*Physical Structures*): caracteriza-se pela existência de peculiaridades que podem ser definidas como tal, como o espaço, tamanho e o ambiente ou ainda indiretamente por certos parâmetros de impactos fisiológicos, como a existência de ruído, cansaço físico excessivo, stress da mente, acidentes de trabalho ou por doenças oriundas da atividade. Tais fatores impactam diretamente a eficiência da atividade humana nessas organizações;

- Estruturas tecnológicas (*Technological Structures*): são reconhecidas pelo uso de equipamentos de alto grau de complexidade ou de grande aprimoramento, ou ainda por seu valor monetário. Esses equipamentos são auxiliares do trabalho humano. Ainda essa estrutura pode ser analisada sob a perspectiva da dependência da relação homem/equipamento.
- Estruturas organizacionais (*Organizational Structures*): nessas estruturas são encontradas a divisão do trabalho em hierarquias, unidades ou indivíduos. O papel que cada indivíduo irá desempenhar na organização tem uma relevância sobre o treinamento do funcionário e o trabalho que irá desenvolver. Nesse tipo de estrutura é possível observar a existência de tendência a conflitos pessoais.
- Estruturas demográficas (*Demographic Structures*): estas estruturas são definidas pela característica da população economicamente ativas em categorias, dentre as quais, posição social, idade, gênero e educação. Podem ser investigados pelo comportamento dos indivíduos quanto a competência profissional, ambições e o *know-how* do indivíduo.
- Estruturas mentais (*Mental Structures*): nessa condição existem características que promovem a prolongada mentalidade da organização, que são explanadas por meio dos executivos ou por pessoas influentes dentro das organizações e que são prevaletes dentre os funcionários.

E ainda para Savall e Zardet (2008, p. 13-14), da mesma forma que existe essa classificação nas estruturas organizacionais, existem também para os comportamentos humanos na organização, que são:

- Lógica individual (*Individual logic*): relaciona-se com a personalidade do indivíduo que compreende aspectos profissionais e pessoais que leva ele a comportar-se de forma independente;
- Lógica de atividade de grupo (*Group activity logic*): refere-se ao condicionamento do indivíduo por este pertencer a um determinado grupo;
- Lógica de categoria (*Categorical logic*): retrata que o comportamento da pessoa está sendo influenciado pela categoria profissional ou hierárquica;
- Lógica de grupo de afinidade (*Affinity group logic*): essa lógica entende-se que o comportamento de determinado indivíduo é diretamente influenciado pelo grupo de afinidade, grupo esses pertencentes ou não a organização;
- Lógica coletiva (*Collective logic*): caracteriza-se por ter todos os membros da organização agindo e se comportando da mesma maneira, como um único indivíduo. Esse fenômeno é tipicamente raro dentro das organizações e ocorre em momentos de instabilidade da organização, no desenvolvimento da empresa ou com a inserção de uma nova lei tida como ameaça para a empresa.

Como o objetivo das organizações é o aprimoramento do seu desempenho econômico, para isso deve atentar-se que “os custos ocultos resultam da interação permanente e complexa entre estruturas empresariais e comportamentos humanos” (SAVALL; ZARDET, 2008, p. 16).

Diversos autores, tais como Silva e Saveriano Filho (2011), Savall e Zardet (2008), Freitas *et al.* (2007) e Oliveira, Souza e Teixeira (2015) são comuns em seus trabalhos a classificação dos custos ocultos em categorias:

- Má gestão: caracteriza-se pela falta ou ausência de planejamento, que geram grandes custos para as empresas decorrentes de gestão omissa, processos ou sistemas ultrapassados ou por decisões tomadas sem o conhecimento a fundo das análises;

- Não qualidade: custo referente ao retrabalho, o de corrigir algo que já foi realizado ou pelo desperdício dos produtos ou matéria prima;
- Rotatividade das pessoas: custos que ocorrem pelo alto grau de saída de pessoas da organização, causando uma baixa retenção de talentos importantes para a organização, bem como causando um mau clima organizacional;
- Controle inadequado: ocorre pelo grande volume de informações que não apresentam nenhum valor organizacional e excesso de burocracia nos procedimentos;
- Acidente de trabalho: custos decorridos da não utilização de procedimentos e equipamentos adequados para o trabalho;
- *Set-up*: relacionado a falhas e mau uso do tempo para preparar o processo produtivo;
- Espera: custo pertinente a procedimentos que não estão relacionados no fluxograma dos processos;
- Ociosidade: não utilização do tempo ou capacidade para o aproveitamento no processo produtivo;
- Estoque: gastos decorrentes de volumes de produção e matérias-primas estocados sem a necessidade;
- Obsolescência: custos associados ao tempo de vida útil do equipamento ou máquina que já foi encerrado, após o processo de depreciação.

Silva e Saveriano Filho (2011) retratam os custos ocultos aplicados a empresas que suas operações são baseadas em serviços. De acordo com os autores, nesse caso as empresas até pouco tempo atrás não utilizavam de um controle efetivo de seus custos. Assim, “embora as organizações [...] fossem frequentemente tão complexas quanto as industriais, os gerentes não conheciam os custos dos serviços produzidos e oferecidos, nem o custo de servir a diferentes tipos de clientes” (SILVA; SAVERIANO FILHO, 2011, p. 502).

Lima (1991) evidencia em sua pesquisa, aplicada em mais de cem empresas de grande maioria francesa, de diferentes setores e tamanhos e em situações econômicas adversas ou não, que obteve o resultado de que cerca de 30% a 50% dos custos ocultos podem ser evitados ou reduzidos e a média dos custos ocultos encontrados são de 12 mil dólares por pessoa e por ano.

Para Lima (1991, p. 25)

A razão pela qual as empresas raramente medem e verificam os custos ocultos é que estes se encontram esfacelados e disseminados. É o recolhimento desses microcustos que resulta em montantes exorbitantes e não uma localização precisa nesta ou naquela parte da empresa. Por outro lado, os custos ocultos não fazem parte dos procedimentos de engajamento financeiro, como é o caso dos custos ditos visíveis.

2.2. Instituições de ensino superior no Brasil

O número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil tem aumentado a cada ano. Em 1995 existiam 894 instituições, que evoluíram para 2.391 no ano de 2014. Os dados demonstram que, das 2.391 instituições do ano de 2014, as instituições privadas representam 2.090 estabelecimentos (87,41% da amostra) e as instituições públicas 301 estabelecimentos (12,59%). Com base no mesmo ano de 2014, observa-se a concentração de grande parte das instituições na região Sudeste, representada por 1.145 estabelecimentos, sendo 1.004 (87,68%) instituições privadas e 141 (12,32%) de instituições públicas (INEP, 1995 a 2013).

Em concordância com o aumento do número de IES no Brasil, observa-se o aumento do número de cursos de graduação e também o aumento do número de matrículas de alunos. Em 1991 existiam no Brasil 4.908 cursos presenciais, número que saltou para 28.577 (aumento de 582%) no ano de 2010. Em relação a quantidade de matrículas, em 1991 registrou-se 1.565.056

inscrições em cursos presenciais superiores, aumentando para 5.449.120 (aumento de 348%) matrículas em 2010. (INEP, 1991 a 2010).

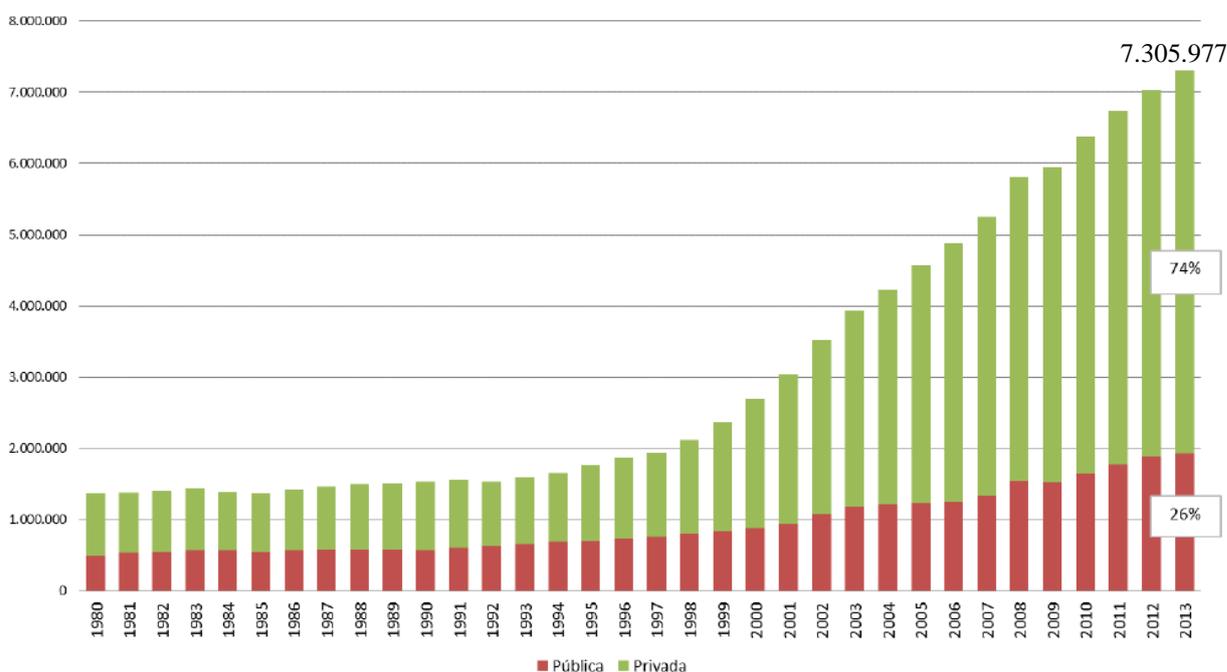
Dados ainda demonstram que, no Brasil em 2009, o número de evasão universitária foi de 896.455 estudantes, sendo mais expressivo em instituições privadas do que em públicas. Os resultados apontam que apenas 47,2% dos alunos que ingressaram no curso se formaram após o período de quatro anos (NOGUEIRA, 2011).

Nassar *et. al.* (2004, p. 2) ressaltam que

A evasão discente em cursos de graduação no Brasil apresenta um índice muito alto, cerca de 40%, levando à hipótese de que as instituições de ensino superior não estão se ocupando adequadamente deste fenômeno, quer na gestão dos cursos existentes, quer na abertura de novos cursos.

Na Figura 2, é possível observar o aumento do número de matrículas de alunos em cursos de ensino superior no Brasil entre os anos de 1980 a 2013. Até o ano de 1999, o número de matrículas se mantém praticamente estável, no entanto a partir de 2000 o crescimento foi em grande escala. De 2001 a 2013 o crescimento foi de 253% (de aproximadamente 3.000.000 para 7.305.977 de matrículas). De acordo com os mesmos dados, em 2013, a participação do total de matrículas em organizações privadas foi de 74% e 26% em instituições públicas.

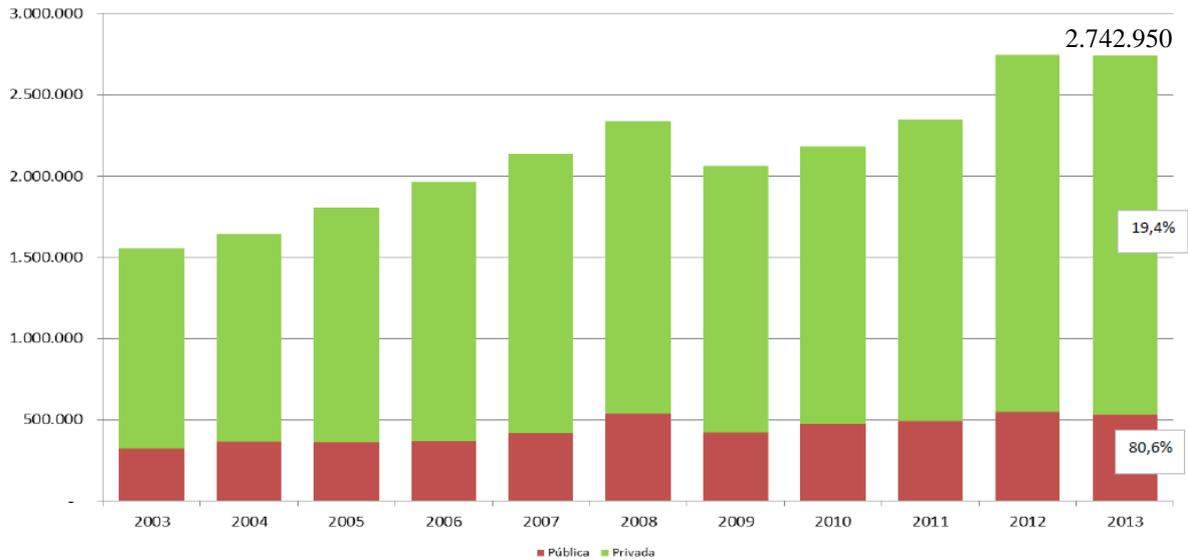
Figura 2 - Evolução das matrículas de educação superior de graduação, por categoria administrativa, Brasil, de 1980 a 2013.



Fonte: Inep, 2013.

O número de ingressantes na educação de ensino superior, de acordo com a Figura 3, foi crescente entre 2003 e 2008, tendo uma queda no número de entrantes universitários em 2009. Porém, desse ano em diante observa-se o crescimento, que se mantém estável nos anos de 2012 para 2013.

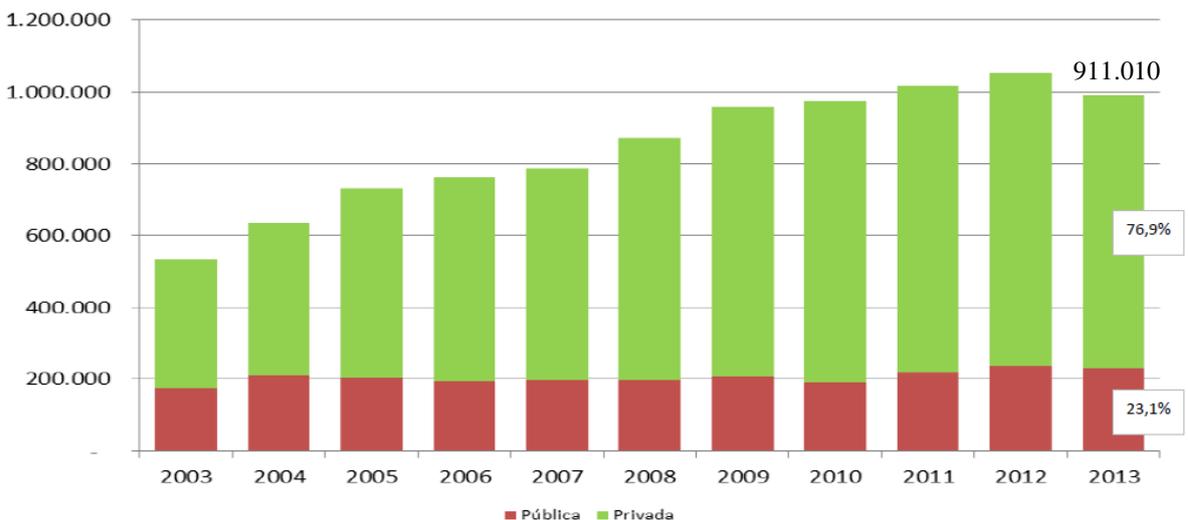
Figura 3 - Evolução do número de ingressantes na educação superior de graduação, por categoria administrativa, Brasil, de 2003 a 2013.



Fonte: Inep, 2013.

A visualização dos dados sobre os concluintes da educação de ensino superior, conforme a Figura 4, permite criar um comparativo entre o número de ingressantes e o número de concluintes. Consideremos para esta análise um curso regular de graduação com conclusão em quatro anos. No ano de 2010 o número de ingressantes foi de 2.182.229 (Figura 2), no entanto em 2013 o número de concluintes foi de 911.010, considerando cursos de quatro anos de duração. Não é possível saber ao certo o número de evasão para esse caso, no entanto, infere-se que esse número não pode ser ignorado para análises.

Figura 4 - Evolução do número de concluintes na educação superior de graduação, por categoria administrativa, Brasil, de 2003 a 2013.



Fonte: Inep, 2013.

Outro fenômeno observado nas IES no Brasil é a quantidade de vagas ociosas disponíveis. Os dados apresentados pelos autores Santos, Nogueira e Fajardo (2011), demonstram que das 3.164.679 vagas oferecidas nas IES no ano de 2009, apenas 1.511.388 foram preenchidas (48% das vagas oferecidas foram preenchidas). De acordo com os mesmos autores, a taxa de

ociosidade é maior em universidades privadas, onde das 2.770.797 oferecidas, apenas 1.157.057 foram preenchidas. Já em instituições públicas, das 393.882 vagas disponíveis, 354.331 foram ocupadas.

Complementando os dados apresentados, Lobo (2012) ressalta que

Nas IES públicas, que chegam a ter um índice de preenchimento maior que um candidato por vaga [...], os indicadores de número de alunos, preenchimento de vagas e Evasão só passaram a contar com mais peso para essas IES (na maioria dos casos, mas com exceções, é claro) na medida em que o total de alunos passou a direcionar parte dos recursos orçamentários governamentais e das vagas de servidores (docentes e funcionários). Entretanto, no setor privado, como os cursos são planejados para um determinado número de alunos iniciantes pagantes [...], as vagas ociosas representam um problema muito mais grave a até um grande risco para a viabilidade desses cursos e das próprias IES.

2.3. Evasão universitária

De acordo com o Dicionário Aurélio (2015), a evasão caracteriza-se pela saída ou fuga. Ribeiro (2005) refere-se ao conceito de evasão como a saída do aluno do sistema, curso ou da instituição e os motivos para tal fenômeno concentram-se no abandono do curso superior, transferência do aluno de curso ou instituição, pelo trancamento da matrícula ou ainda pela exclusão da matrícula por alguma transgressão disciplinar das normas institucionais.

Santos (2012) define que abandono é diferente de evasão, pois é caracterizada evasão quando o discente não realiza a matrícula no semestre seguinte ao matriculado e abandono é simplesmente a não frequência do aluno nas aulas. Entretanto, outros autores como Fonseca (2015), Prestes, Fialho e Pfeiffer (2014), Lompa e Reszka (2015) e Martins (2007) descrevem em seus trabalhos o conceito de abandono como similar ao conceito de evasão.

A saída do discente ocorre de forma gradual e não em um momento isolado do curso (como, por exemplo, no primeiro semestre). Dessa maneira, se faz necessária uma gestão universitária eficiente para a minimização da evasão, com relatórios constantes de avaliação institucional e ações de retenção dos alunos (NASSAR *et. al.*, 2004).

Para as instituições, os custos de corpo docente, serviços administrativos, de terceiros e de infraestrutura, se mantém o mesmo, independentemente da quantidade de alunos matriculados no curso de ensino superior, tornando a gestão institucional complicada (PRESTES; FIALHO; PFEIFFER, 2014).

Segundo Ribeiro (2005) existem três tipos de evasão nas IES, que são:

- Evasão do curso: acontece quando o aluno opta por não mais frequentar o curso escolhido; a evasão ocorre por trancamento da matrícula ou pela não efetivação da matrícula no semestre seguinte;
- Evasão da instituição: quando o aluno migra de instituição ou se desliga do curso matriculado;
- Evasão do sistema: ocorre no momento que o discente não deseja mais cursar nenhum curso do ensino superior.

A evasão reflete uma problemática que não afeta unicamente o aluno, como Prestes, Fialho e Pfeiffer (2014) comentam que

Os prejuízos provocados pela evasão escolar atingem os estudantes, a instituição, a sociedade e o governo. Assim como altera os aspectos emocionais, psicológicos, humanos e financeiros, refletindo direta e indiretamente na sociedade, provocando a

ausência de capital humano qualificado para o mercado de trabalho e contribuindo para a elevação das taxas de desemprego e ampliando as desigualdades sociais

Diante do cenário de impacto que a evasão reflete na sociedade, de modo geral, os estudos de Jacob (2000), Armbrust (1995) e Aguiar (2001) retratam que o principal fator de evasão dos alunos do curso universitário concentra-se em aspectos financeiros, seja pelo aumento da mensalidade por parte da universidade ou então por aspectos financeiros pessoais dos alunos para o pagamento da mensalidade.

De acordo com o trabalho realizado por Dias, Theóphilo e Lopes (2010) a evasão universitária está atrelada a condicionantes internos e externos, que são:

- Infraestrutura: problemas nas estruturas físicas da universidade e/ou falta de recursos que dificultam o aprendizado do aluno;
- Corpo docente: relaciona-se com a falta de conhecimento dos professores, a forma que os professores lecionam ou a má atuação;
- Assistência sócio-educacional: relação de ações por parte da universidade que procuram a integração do aluno na vida acadêmica;
- Falta de orientação profissional: o aluno ingressa na universidade, porém não conhece à fundo a profissão e se desestimula com a carreira e satisfação pessoal;
- Curso de segunda opção: em instituições que permitem que o aluno escolha duas opções de curso, pode ocorrer de o aluno ingressar na sua segunda opção, causando a desmotivação ou a desestimulação com o curso, pois não era o curso que realmente almejava;
- Repetência: alunos com grandes dificuldades em algumas matérias podem desistir do curso pelo grande número de reprovações;
- Descontentamento com o curso e com a profissão: ocorre quando o aluno está desmotivado com o curso, com a baixa notoriedade da profissão escolhida ou ainda por um novo interesse;
- Problemas financeiros: dificuldades relacionadas ao pagamento da universidade e/ou se manter durante o período de estudos pode ocasionar a desistência do curso. Tal problema pode acontecer pela falta de apoio da Universidade.
- Dificuldade de conciliar trabalho e estudos: muito dos alunos que estão na universidade precisam trabalhar para se manterem, com isso a dupla jornada de estudos e trabalho pode ocasionar a desistência do curso;
- Moradia: os estudantes podem mudar de cidade para morarem mais próximos da Universidade, acarretando maiores responsabilidades, orçamento financeiro mais complexo e também o fato de ter de ficar longe da família;
- Difícil acesso à Universidade: o deslocamento para os alunos pode ser complicado, seja por morarem em outra cidade, ou por necessitarem de determinados transportes, dentre outros motivos que causam a desistência do aluno da universidade;
- Motivos pessoais: refere-se a filhos, morte, casamento, doença grave, problemas de saúde e diversos outros motivos pessoais que levariam o aluno a desistir do curso.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa classificou-se como quantitativa descritiva. De acordo com Gil (2010, p. 43) a pesquisa descritiva tem por objetivo principal “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

As análises dos dados foram feitas por meio de processo dedutivo, uma vez que os dados obtidos do questionário serão analisados para pressupor outros fatos. De acordo com Matias-

Pereira (2012) o processo dedutivo busca explicar um fenômeno do geral para o particular, objetivando uma conclusão; enquanto que o processo indutivo parte do particular para a generalização, também buscando uma conclusão.

Para atingir os objetivos e o resultado dessa pesquisa, foi empregada a metodologia quantitativa, por meio de estatística descritiva e com o uso de um questionário estruturado aplicado para alunos que estão matriculados em IES, para os que possuem graduação concluída e para aqueles que por ventura não estão mais cursando o ensino superior (considerado como evadidos, segundo os aspectos teóricos). O questionário foi elaborado na ferramenta *on-line* do Google denominada Google Docs e enviado aos respondentes por e-mail, baseado na rede de contatos e também disponibilizado nas redes sociais, em grupos do Facebook ou enviado via mensagem na mesma plataforma de rede social.

Antes do envio do questionário Gil (2010) recomenda a utilização do chamado pré-teste para a validação do instrumento e correções que possam existir na sua divulgação. O pré-teste foi realizado de 28 de outubro de 2015 até 06 de novembro de 2015 e contou com a participação de 20 respondentes. Diante das respostas obtidas durante o pré-teste foi factível o uso desse instrumento de pesquisa para se chegar aos objetivos do trabalho, sendo necessário fazer ajustes para a aplicação da versão final. Houve a necessidade de se estruturar um questionário com perguntas filtro, onde os respondentes eram destinados ao seu perfil.

Dessa forma, o questionário foi estruturado na sua primeira parte por perguntas introdutórias sobre o perfil das respondentes e a segunda parte sobre a situação acadêmica. A terceira parte era destinada a estudantes que estão cursando o ensino superior, a quarta parte para respondentes já graduados, a quinta parte para estudantes que já desistiram de ensino superior e a última para aqueles que nunca fizeram nenhum curso de ensino superior. Utilizando essa metodologia no questionário foi possível obter respostas de todas as categorias de alunos.

As limitações existentes para este trabalho caracterizaram-se pelo instrumento de divulgação do questionário (no caso, a rede social), que para os dados obtidos pode não representar validade ou confiança.

A pesquisa foi aplicada de 10 de abril de 2016 até 24 de abril de 2016 e contou com a participação de 167 respondentes válidos, utilizados como amostra para a análise dos dados. O questionário utilizado foi constituído por questões abertas e fechadas. Foi realizada uma análise estatística descritiva com o software MS-Office Excel com os dados obtidos do questionário.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados obtidos por meio dos 167 participantes da pesquisa demonstram que houve uma predominância de respondentes do sexo feminino, sendo que da amostra, 35% (58) são do sexo masculino e 65% (109) do sexo feminino. O ano de nascimento dos respondentes teve prevalência nos anos entre 1990 a 1999, dos quais correspondem a 72% (120) do número de respostas, seguido de 1980 a 1989, com 20% (33).

Nos dados sobre a renda familiar, observou-se certo equilíbrio entre faixas de renda. Da amostra, 2% (4) alegam não ter nenhuma fonte de renda, 7% (11) possui renda de até 2 salários mínimos (R\$ 1.576,00). Outros 25% (42) afirmam ter renda familiar de 2 até 5 salários mínimos (R\$ 1.576,01 à 3.940,00), porcentagem que é próxima dos 26% (44) com renda de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 3.940,01 à R\$ 7.880,00). Houve uma homogeneidade entre os respondentes das faixas de renda de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 7.880,01 à R\$ 11.820,00) e de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 11.820,01 à R\$ 15.760,00), ambos com 13% (21) cada. E

uma porcentagem de 14% (24) alegam ter uma renda familiar acima de 20 salários mínimos (mais de R\$ 15.760,01).

Do total de 167 indivíduos que responderam ao questionário, 22% (37) já desistiram de um curso de ensino superior e 1% (2) nunca esteve matriculado, não sendo este último perfil objeto de estudo deste trabalho. Dos 77% (128) que nunca desistiram de um curso, 77% (99) deles estão atualmente matriculados em algum curso de ensino superior e outros 23% (29) já são graduados.

Tabela 1 - Número e porcentagem de respondentes ao questionário de quem é/foi o principal responsável pelo pagamento do curso de ensino superior, segundo alternativas e situação acadêmica, Campinas, abril de 2016.

Alternativas	Cursando		Graduado		Desistiram	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Eu	13	13%	6	21%	10	27%
Pais	53	54%	14	48%	18	49%
Familiares	1	1%	0	0%	0	0%
Tive bolsa integral	20	20%	8	28%	6	16%
Tive bolsa parcial	7	7%	0	0%	0	0%
Tive ajuda de custo do meu trabalho	1	1%	0	0%	0	0%
Outros	4	4%	1	3%	3	8%
Total	99	100%	29	100%	37	100%
Total de respondentes	99		29		37	

Fonte: elaborado pelo autor.

Na categoria de alunos que estão cursando ensino superior, que já são graduados e que desistiram de um curso, os pais são os principais responsáveis pelo pagamento da mensalidade do curso superior, com uma porcentagem bastante próxima entre as categorias, 54% (53), 48% (14) e 49% (18), respectivamente. É possível analisar também, de acordo com a Tabela 1, que entre os desistentes o próprio aluno era o pagador do seu curso, representado por 27% (10) da amostra. Entre os alunos que estão cursando ou graduados, 13% (13) e 21% (6) são responsáveis pelo pagamento, na sequência. Em relação à posse de bolsa de graduação parcial ou integral para alunos desistentes a porcentagem é menor, sendo 16% (6), contra 27% (27) de alunos matriculados e 28% (8) para graduados.

Quando questionados sobre a dificuldade financeira para o pagamento da mensalidade do ensino superior observa-se uma igualdade nas porcentagens das alternativas para as três categorias analisadas, conforme a Tabela 2. Nesse quesito é importante ressaltar a evidência de que os motivos financeiros não são o principal motivador para a evasão de alunos que já desistiram de um curso, em concordância com referencial teórico (TIGRINHO, 2007; DIAS; THEÓPHILO; LOPES, 2010).

Tabela 2 - Número e porcentagem de respondentes ao questionário de quem possui/teve dificuldades financeiras para o pagamento da mensalidade, segundo alternativas e situação acadêmica, Campinas, abril de 2016.

Alternativas	Cursando		Graduado		Desistiram	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%

Sim	36	36%	11	38%	12	32%
Não	63	64%	18	62%	25	68%
Total	99	100%	29	100%	37	100%
Total de respondentes	99		29		37	

Fonte: elaborado pelo autor.

Na Tabela 3, são demonstrados os dados coletados pela pergunta de qual seria ou foi o principal motivo para a desistência de um curso de ensino superior. Para discentes que atualmente estão matriculados em um curso, houve predominância da alternativa dificuldades financeiras, com 59% (68) das respostas, o que vai em concordância dos dados evidenciados na tabela anterior, seguido do motivo de não gostar do curso 55% (54). Para alunos já graduados, observou-se uma homogeneidade entre as respostas da pesquisa, sendo dificuldades financeiras, dificuldades na conciliação entre trabalho e estudo e não gostar do curso, os três principais fatores com 45% (13), 48% (14) e 48% (14) respectivamente. No entanto, para alunos que desistiram do ensino superior, o principal motivo listado por eles é não gostar do curso, com 57% (21).

Comparando as categorias analisadas, os três principais motivos para se desistir do ensino superior são: dificuldades financeiras; dificuldades em trabalhar e estudar; e não gostou do curso. É possível observar que o motivo de reprovação nas disciplinas é um forte fator de desistência, para alunos matriculados no curso superior. O motivo de dificuldade de deslocamento até a instituição de ensino superior aparece como importante para alunos cursando e para os que já desistiram, e é pouco importante para os alunos graduados. Entretanto, alunos graduados veem com mais relevância o motivo de infraestrutura da instituição de ensino superior para desistência, enquanto que para as demais categorias o fator é pouco relevante.

De acordo com a Tabela 3, uma porcentagem de 19% (7) dos alunos que desistiram do ensino superior escolheu a opção “Outros” como resposta, ou seja, não encontrou entre os motivos listados nas alternativas algum que justificasse sua desistência. De acordo com estes respondentes existem outros motivos além dos explicitados: abuso de autoridade por parte dos docentes; dificuldades em conseguir emprego ou falta de visibilidade na profissão; mudança de domicílio; nível ruim de ensino; por não gostar do ambiente acadêmico; e nível e qualidade das turmas e docentes.

Tabela 3 - Número e porcentagem de fatores que seria/foi o principal motivador para desistir de um curso de ensino superior, segundo alternativas e situação acadêmica, Campinas, abril de 2016.

Alternativas	Cursando		Graduado		Desistiram	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Dificuldades financeiras	58	59%	13	45%	8	22%
Dificuldades em trabalhar e estudar	36	36%	14	48%	9	24%
Não gostou do curso	54	55%	14	48%	21	57%
Horário das aulas	8	8%	2	7%	2	5%
Pelo índice de reprovação nas disciplinas	17	17%	2	7%	2	5%
Mudança de domicílio	8	8%	3	10%	2	5%

Dificuldades de deslocamento até a Universidade	16	16%	2	7%	7	19%
Infraestrutura da Universidade	13	13%	9	31%	3	8%
Corpo docente	16	16%	7	24%	3	8%
Motivo pessoal	15	15%	5	17%	5	14%
Outros	3	3%	0	0%	7	19%
Total	244	246%*	71	245%*	69	186%*
Total de respondentes	99		29		37	

Fonte: elaborado pelo autor.

*porcentagem maior que 100%, pois os respondentes poderiam escolher até 3 alternativas para resposta.

Segundo as respostas do questionário, 48% (48) dos alunos que estão cursando o ensino superior já pensaram em algum momento da graduação em cancelar a matrícula e para alunos graduados 41% (12) também pensaram na possibilidade de desistência.

Para esses alunos que cogitaram cancelar sua matrícula de um curso de ensino superior, foi perguntado qual seria então o real motivo para a possível desistência. Conforme os dados da Tabela 4, é possível afirmar que para alunos que estão cursando a universidade o principal motivo é dificuldade financeira, seguido de dificuldade em conciliar trabalho e estudos e não gostar do curso, em conformidade com os autores Jacob (2000), Armbrust (1995) e Aguiar (2001). Esses dados estão de acordo com a análise da tabela anterior. Por outro lado, os alunos graduados apresentam também o motivo de dificuldade financeira e dificuldade em conciliar trabalho e estudos, mas o principal motivo são quesitos pessoais dos alunos. Por se tratar de uma pergunta aberta, aparecem novos fatores que não foram listados na Tabela 3, tais como falta de visibilidade no curso, não conseguir financiamento estudantil e *bullying*.

Com a apresentação dos dados da Tabela 4, pode-se inferir que para alunos que desistiram de um curso, o principal motivo para a desistência não está em fatores financeiros, mas sim por não gostar do curso e na dificuldade em conciliar trabalho e estudos. Por outro lado, para alunos que estão matriculados em um curso ou que já são graduados, o fator financeiro aparece com grande relevância. Sendo assim, entende-se que as universidades, sob a perspectiva de custo oculto, devem ter especial atenção para os alunos matriculados, uma vez que o fator financeiro pode ser motivo de desistência, como apresentado pelos autores no referencial bibliográfico (JACOB, 2000; ARMBRUST, 1995; AGUIAR, 2001).

Tabela 4 - Número e porcentagem de fatores que seria motivo de desistência para alunos que já pensaram em desistir do curso, segundo alternativas e situação acadêmica, Campinas, abril de 2016.

Alternativas	Cursando		Graduado	
	Qtde.	%	Qtde.	%
Dificuldades financeiras	9	20%	2	18%
Aumento no valor da mensalidade	1	2%	0	0%
Dificuldade em conciliar trabalho e estudos	7	16%	2	18%
Horário das aulas	1	2%	0	0%
Dificuldade em encontrar emprego	1	2%	0	0%

Não gostar do curso	7	16%	1	9%
Doenças	2	5%	0	0%
Corpo docente	4	9%	0	0%
Por falta de visibilidade de mercado	2	5%	2	18%
Dificuldade de deslocamento até a Universidade	1	2%	0	0%
Dificuldades com as matérias do curso e provas	3	7%	0	0%
Motivos pessoais	3	7%	3	27%
Por não conseguir o FIES	1	2%	0	0%
Pela matriz curricular	1	2%	1	9%
<i>Bullying</i>	1	2%	0	0%
Total	44*	100%	11*	100%
Total de respondentes	99		29	

Fonte: elaborado pelo autor.

*número menor do que o total de respondentes, pois a pergunta é aberta e facultativa a sua resposta.

Sobre o oferecimento de algum incentivo (financiamento, bolsas de educação, dentre outros) da faculdade ao aluno para sua permanência na instituição, os resultados demonstram que para alunos que estão cursando ensino superior não ocorreu oferta de nenhum incentivo, 61% (60), situação relatada também pelos alunos graduados, 69% (20). No entanto, para os evadidos do ensino superior, houve o oferecimento desses incentivos em 72% (23) dos alunos. Ou seja, com esses dados é possível inferir que mesmo com o incentivo da instituição de ensino superior realizou-se o cancelamento da matrícula por parte do aluno, ressaltando assim, que outros fatores além de financeiro colaboraram para a desistência do aluno, conforme motivos apresentados pela Tabela 3.

A Tabela 5 apresenta os resultados da pergunta sobre o grau de importância de tais incentivos, para a permanência do aluno na universidade. Para essa questão foram utilizados os cinco níveis da escala Likert. É possível observar que para as três categorias de alunos houve predominância de respostas nas alternativas muito importante e importante, corroborando para salientar que a universidade tem necessidade de oferecer esses estímulos para retenção dos alunos.

Tabela 5 - Número e porcentagem do grau de importância para os alunos universitários de incentivos (bolsa de estudos, financiamento), segundo alternativas e situação acadêmica, Campinas, abril de 2016.

Alternativas	Cursando		Graduado		Desistiram	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Muito importante	62	63%	21	72%	23	62%
Importante	29	29%	8	28%	9	24%
Indiferente	6	6%	0	0%	4	11%
Pouco importante	2	2%	0	0%	0	0%
Nada importante	0	0%	0	0%	1	3%
Total	99	100%	29	100%	37	100%
Total de respondentes	99		29		37	

Fonte: elaborado pelo autor.

Para os estudantes que desistiram do curso foi questionado se a universidade poderia fazer algo para que continuassem a estudar, sem a necessidade da evasão. Por se tratar de uma questão do tipo aberta, na qual os respondentes estavam facultados da resposta, foram criadas as categorias de alternativas listadas na Tabela 6. O motivo financeiro se evidencia em 36% (9) dos casos, com a concessão de bolsas de estudo e desconto na mensalidade, seguido do fator que a universidade não poderia fazer nada para reter o aluno, 32% (8).

Tabela 6 - Número e porcentagem de fatores que a Universidade poderia oferecer aos alunos para sua permanência, segundo alternativas e situação acadêmica, Campinas, abril de 2016.

Alternativas	Desistiram	
	Qtde.	%
Incentivo financeiro (Desconto, Bolsas)	9	36%
Análise do corpo docente	2	8%
Oferecer planejamento de carreira	1	4%
Melhorar a infraestrutura da Universidade	1	4%
Menos burocracia na Universidade	2	8%
Dificuldade em conciliar trabalho e estudo	1	4%
Não gostei de curso	1	4%
A Universidade não poderia me ajudar	8	32%
Total	25*	100%
Total de respondentes	37	

Fonte: elaborado pelo autor.

*número menor que os respondentes, pois a questão não é obrigatória, sendo facultado ao aluno a sua resposta.

Diante desse caso, pode-se entender que os alunos que evadiram são sensíveis a incentivos financeiros, como bolsa de estudos e descontos, para permanência do curso, embora tenha sido verificado na Tabela 3 que o principal motivo para sua evasão está em não gostar do curso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as mudanças no cenário global, onde empresas estão cada vez mais competitivas, a contabilidade de custos fornece dados de grande relevância para o processo de tomada de decisão (HORNGREN; DATAR; FOSTER, 2004). Diante dos diferentes tipos de custos, há o custo oculto, caracterizado por ser de difícil mensuração e quando identificados fornecem vantagem competitiva e a diminuição das disfunções organizacionais (SAVALL; ZARDET, 2008).

Observa-se um aumento na quantidade de Instituições de Ensino Superior (IES) de 1995 a 2014 de acordo com os dados do INEP (1995 a 2013), mas a falta de viabilidade financeira dessas instituições está, muitas vezes, atrelada à evasão de alunos universitários de cursos de ensino superior (TIGRINHO, 2007). A evasão é um fenômeno definido como a não efetivação da matrícula do aluno do curso de ensino superior no semestre seguinte (SANTOS, 2012)

Sob esse contexto, as IES não têm identificado o efeito dos custos ocultos atrelados à evasão dos alunos universitários de seus cursos. De acordo com os trabalhos de Jacob (2000), Armbrust (1995) e Aguiar (2001) o motivo financeiro é o principal para o fenômeno da evasão universitária, no entanto para Tigrinho (2007) há outros fatores além de motivos financeiros.

O presente estudo teve como propósito a identificação dos fatores que levam a evasão universitária, analisando os perfis de alunos que estão cursando ensino superior, graduados e os que propriamente desistiram do curso. Dessa maneira, tornar possível que as universidades gerenciem esses fatores, considerados de acordo com a literatura de custos ocultos, para aumentarem a sua eficiência e competitividade.

Com a análise dos dados foi possível observar que alunos das categorias que estão cursando o ensino superior ou que já são graduados afirmam ser forte motivo de evasão universitária o fator financeiro. Os alunos desistentes demonstraram que o fator principal para a evasão foi por não gostar do curso em que estava, no entanto, se houvesse apoio financeiro (como bolsa de estudos ou desconto) por parte da universidade, possivelmente o número de desistências seria menor. Por esse motivo, acredita-se que as instituições de ensino superior poderiam desenvolver novas estratégias de retenção dos alunos com base em incentivos financeiros e, ainda, expandir o atendimento nas políticas já existentes.

Diante da amostra não foi possível auferir os impactos da não avaliação dos custos ocultos pelas IES, visto que não foram encontradas evidências que as instituições estejam avaliando o efeito dos custos ocultos na evasão universitária. Apesar dos custos ocultos não serem registrados, há uma inferência que a burocracia das organizações, contribuem de forma decisiva para a tomada de decisão dos alunos, de modo a não continuarem seus cursos e conseqüentemente provocando a evasão.

Por meio deste trabalho foi possível uma introdução ao tema de evasão universitária e custos ocultos, no qual pode ser acrescido de um número maior de estudos, além dos existentes. A pesquisa realizada pode ser ampliada, aplicando o questionário a um número maior de estudantes universitários ou realizando entrevistas com cada uma das categorias na busca de maiores detalhes que enriqueçam esse tema. Sugere-se também um estudo de caso com uma ou mais instituições de ensino para maiores referências, sob a perspectiva da universidade em relação a evasão dos alunos e direcionar as ações que podem fazer ou são feitas para a retenção dos alunos, bem como identificar sua eficácia.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. T. C. **A evasão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 1995/2, um processo de Exclusão.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- ARMBRUST, R. C. C. **A evasão no 3º grau: a faculdade de enfermagem da PUCCAMP.** 1995. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Pontifícia Universidade Católica, Campinas.
- BACIC, M. J. **Gestão de custos: uma abordagem sob o enfoque de processo competitivo e da estratégia.** Curitiba: Juruá, 2009.
- BEUREN, I. M.; IGARASHI D. C. C. A importância dos intangíveis nas empresas e a sua relação com a contabilidade. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade.** Porto Alegre. n. 110, nov. 2002.

- BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12c e Excel**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHING, H. Y.; MARQUES, F.; PRADO, L. **Contabilidade e finanças: para não especialistas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- CUNHA, J. V. A.; NASCIMENTO, E. M.; DURSO, S. O. Razões e influências para a evasão universitária: um estudo com estudantes ingressantes nos cursos de Ciências Contábeis de instituições públicas federais da região sudeste. In: **XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 2014, São Paulo. XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2014.
- DIAS, E. C. M.; THEÓPHILO, C. R.; LOPES, M. A. S. **Evasão do ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de ciências contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros**, UNIMONTES, Montes Claros, Minas Gerais, 2010.
- DICIONÁRIO AURÉLIO. **Significado de Evasão**. Disponível em: <<http://dicionariodoaurelio.com/evasao>>. Acesso em: 09 de novembro de 2015.
- DRUCKER, P. F. **O melhor de Peter Drucker: a administração**. Tradução Arlete Simille Marques. São Paulo: Nobel, 2001.
- FONSECA, C. S. **A evasão escolar na Universidade Aberta do Brasil: uma análise dos cursos ofertados no polo de Cruzeiro do Sul–Acre**. 2015.
- FREITAS, J. B.; COSTA, I.; SANTOS, J. A.; SAVERIANO FILHO, C.; ALMEIRA, M.L. A origem dos custos ocultos: um estudo teórico. In: **SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, 2007, Resende – Rio de Janeiro. **Anais**. Associação Educacional Dom Bosco, 2007.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HORNGREN, C. T.; DATAR, S. M.; FOSTER, G. **Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial**. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. 1995 a 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 07 de novembro de 2015.
- _____. **Número de Cursos, Matrículas, Concluintes, Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos**. 1991 a 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 07 de novembro de 2015.
- _____. **Censo da Educação Superior 2013**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 07 de novembro de 2015.
- JACOB, C. A. R. **A evasão escolar e a construção do sujeito / profissional em curso de Ciências Econômicas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis.
- KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.

- KRAEMER, M. E. P. **A contabilidade gerencial no contexto operacional da atual economia globalizada.** Disponível em: <http://www.abdir.com.br/doutrina/ver.asp?art_id=845&categoria=Limita%E7%F5es%20administrativas%20E0%20propriedade>. Acesso em: 28 de setembro de 2015.
- LIMA, M. A. A. A estrutura e as ferramentas da intervenção pesquisa sócio-econômica nas empresas e demais organizações. **Revista de Administração de Empresas**, p. 21-30, 1991.
- LOBO, M. B. C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções.** Cadernos ABMES, 25, 1-23, 2012.
- LOMPA, L. A. R.; RESZKA, M. F. **Contextos da evasão universitária no Brasil.** Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/contextos-da-evasao-universitaria-no-brasil>>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.
- MARTINS, C. B. N. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior.** 2007. Dissertação (Mestrado em Administração, Fundação Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo).
- MARTINS, E. **Contabilidade de Custos.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MEGLIORINI, E. **Custos: análise e gestão.** 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MILLER, J. G.; VOLLMANN, T. E. The hidden factory. **Harvard business review**, v. 63, n. 5, p. 142-150, 1985.
- NASSAR, S. M.; ROVARIS NETO, E.; CATAPAN, A. H.; PIRES, M. M. S. Inteligência Computacional aplicada a Gestão Universitária: Evasão Discente. In: IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 2004. **Anais.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- NOGUEIRA, F. País perde R\$9 bilhões com Evasão no ensino superior. **G1**, São Paulo, 7 de Fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/02/pais-perder-9-bilhoes-com-evasao-no-ensino-superior-diz-pesquisador.html>>. Acesso em: 07 de novembro de 2013.
- OLIVEIRA, A. M. M.; SOUZA, A.; TEIXEIRA, G. Dos custos de transação aos custos ocultos: um ensaio teórico. In: V Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção, 2015, Ponta Grossa. **Anais.** Ponta Grossa, 2015.
- PADOVESE, C. L. **Curso básico gerencial de custos.** 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- PEDROSA NETO, C. **Uma contribuição na identificação dos custos ocultos na produção de uma indústria de cerâmica.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). UnB/UFPB/UFRN, João Pessoa.
- PRESTES, E. M. T.; FIALHO, M. G.; PFEIFFER, D. **A evasão no ensino superior globalizado e suas repercussões na gestão universitária.** Sociedade Brasileira de Educação Comparada, 2014.
- RIBEIRO, M. A. O Projeto Profissional Familiar como Determinante da Evasão Universitária: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 6, n. 2, p. 55-70, 2005.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, D.; NOGUEIRA, F.; FAJARDO, V. Confirma os dez cursos de Graduação com maior número de alunos no país. **G1**, São Paulo, 13 jan. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/01/confira-os-dez-cursos-de-graduacao-com-maior-numero-de-alunos-no-pais.html>>. Acesso em: 09 de novembro de 2015.

SANTOS, J. A. **Abandono ou Evasão escolar**. Jornal Correio da Cidade, Lafaiete, MG, 02 jul. 2012.

SAVALL, H.; ZARDET, V. **Mastering hidden costs and socio-economic performance**. Charlotte: Information Age Publishing, 2008.

SILVA, P. C. P.; SAVERIANO FILHO, C. Orência de custos ocultos em operações de serviços: insights sobre observação em uma sociedade de economia mista no Brasil. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 18, n.3, 499-508, 2011.

TIGRINHO, L. M. V. **Evasão escolar nas instituições de ensino superior**. 2007. Disponível em: < <http://www2.cartaconsulta.com.br/espacodocoordenador/?p=93> > Acesso em: 10 de novembro de 2015.